

UM DIÁLOGO ENTRE O CIRCO E OS ESPAÇOS FORMAIS DE ENSINO ATRAVÉS DA PERSPECTIVA FAMILIAR DE CIRCO TRADICIONAL E ITINERANTE NO ESTADO DO CEARÁ

Camila Maria Guerra Camêlo ¹
Ana Cláudia Vieira Silva ²

INTRODUÇÃO

A ideia imagética do circo remete ao lúdico e à infância, mas seu significado vai além do entretenimento, o espaço debaixo da lona onde acontecem os espetáculos é ambiente de trabalho, de aprendizado e de moradia para as famílias circenses tradicionais itinerantes e esta itinerância mostra características singulares dos circenses tradicionais, ao tentarmos perceber como dialogam, as suas relações familiares, de trabalho e os saberes ancestrais que são constituintes de um saber que é transmitido através das gerações, por meio da oralidade em contraposição às suas experiências na educação formal.

A transmissão do saber circense fez desse universo uma escola única e permanente como destacou Silva & Abreu (2009), pois o circense tradicional cresce debaixo da lona do circo, aprende desde criança a arte de seus ancestrais, e este aprendizado é construído de maneira orgânica, no seu dia a dia e em suas brincadeiras, que se transformam em espetáculo quando as luzes do picadeiro se acendem.

Objetivamente trata-se de apresentar a perspectiva familiar circense a partir da vivência nos espaços de educação formal. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas com artistas circenses de diferentes gerações, avó, pai e filho, debaixo da lona do circo *Seven Brothers* que pertence a uma das famílias de circo tradicional do Estado do Ceará, qual seja: a família Brasil, que tem como patriarca o único Mestre da Cultura Popular da linguagem de circo, José de Abreu, também conhecido como Mestre Palhaço Pimenta. Outro instrumental de coleta de dados utilizado, foi o diário de campo, por meio da observação direta de ações formativas oferecidas pelos próprios circenses³.

METODOLOGIA

Metodologicamente foi utilizada uma pesquisa de campo preliminar quanto ao texto dissertativo da autora, e ainda uma pesquisa documental, com base em mecanismos legais. Os entrevistados foram um proprietário de circo de lona, com... anos de atuação como mestre de cerimônias e locutor, em que na juventude trabalhou também como palhaço, assim como o pai, e o filho mais velho, hoje com 22 anos, conhecido artisticamente como Palhaço Baratinha, que terminou recentemente o ensino médio. Para facilitar a compreensão dos

¹Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará - UFC, graduada em Gestão da Qualidade pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Produtora cultural e pesquisadora das linguagens circo e cultura popular no Estado do Ceará. camila_guerra51@yahoo.com.br

²Professor orientador: Doutoranda em Educação pela Universidade de Lisboa, Mestra em Sociologia e Graduada em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Professora de Metodologia da Pesquisa na pós-graduação – UNICHRISTUS. posmetodologiaana@gmail.com

³ Não era o foco do trabalho, mas serviu para compreender as referências de metodologia de ensino trazidas dos espaços formais de educação.

relatos, tratar-se-á os entrevistados como: proprietário do circo *Seven Brothers* e Palhaço Baratinha, sabendo que se trata de pai e filho, respectivamente.

Na construção do texto foi considerada também a vivência da autora como produtora cultural e assistente pedagógica no projeto Pensando as artes do circo: projeto de formação para o circo cearense, contemplado no edital: Escolas Livres da Cultura – 2016, da Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT), assim como a observação direta de ações formativas do projeto, no espaço na tenda.

Destarte, as entrevistas semiestruturadas supracitadas foram realizadas em maio de 2019, durante a participação desta autora no curso de aperfeiçoamento em educação, pobreza e desigualdade social na Universidade Federal do Ceará (UFC), na ocasião, com a intenção de comparar as trajetórias educacionais de diferentes gerações de circenses tradicionais e itinerantes beneficiárias de programas federais de transferência de renda. Contudo, nos primeiros contatos com o campo percebeu-se que as questões referentes à educação inclusiva sobressaiam nos discursos dos entrevistados, assim, embora este não seja o recorte abordado na pesquisa dissertativa da autora, mostra-se como elemento importante denotado pelo próprio campo.

DESENVOLVIMENTO

Ser tradicional significa ter recebido e transmitir oralmente os valores e conhecimentos e práticas do saber circense através do resgate do saber de seus antepassados, Silva (2008). Ainda, de acordo com esta a autora, a transmissão oral dos saberes no circo é uma característica que está presente no modo de formação e capacitação profissional dos circenses.

A autora supracitada pertence à quarta geração, no Brasil, da família circense Wassilnovich, que saindo da Europa no século XIX, aqui, virou Silva. Como autora e pesquisadora Erminia Silva (2008) relata em diferentes escritos, e como indica por sua experiência como pertencente à família tradicional de circo, que assim como outros indivíduos de sua geração, fora retirada do picadeiro para realizar seus estudos formais, dizendo que:

Em idade escolar, fomos mandados para a casa de parentes que possuíam residência fixa, para iniciarmos nossos estudos “formais” e construirmos um “futuro diferente” e “melhor” que a vida que haviam herdado, segundo eles mesmos. Sempre ouvimos as histórias de circo, víamos fotografias ou recortes de jornais, mas não havia um livro para ler, assim como não havia nada semelhante a essas histórias em nossos livros escolares. Tratava-se da história do “povo do circo” que ninguém mais conhecia. (SILVA, 2009, p. 26).

Segundo relata o proprietário do circo *Seven Brothers*, este movimento de separação entre a vida no circo e o cumprimento dos estudos formais não aconteceu com ele e nem com os irmãos, tampouco com seus filhos, porém de acordo com o circense, foram experiências diferentes em cada geração, assim como outras questões que apareceram durante sua trajetória como aluno, diferente da experiência vivida pelos filhos, sete no total, seis ainda frequentando regularmente a escola nos níveis fundamental e médio.

Embora os entrevistados não negem que, assim como a experiência da família Silva, supracitada, ainda existam famílias de circo que preferem retirar seus filhos do picadeiro para que estes possam ter acesso ao ensino regular, sem que haja a necessidade de mudanças constantes de escola devido à natureza itinerante de suas atividades, na família Brasil, percebe-se que a formação educacional dos filhos aparece como algo que pode complementar os ensinamentos repassados entre as gerações, abrindo outras possibilidades para os jovens circenses seguirem com a arte de seus ancestrais. Significando que a valorização dos saberes circenses, não é, para esta família, inferior aos saberes escolares, eles são, na verdade,

complementares. Acredita-se que a pulverização dos estabelecimentos de ensino, em busca de uma democratização do acesso, realidade mais recente na educação brasileira, também contribui para este pensamento.

E apesar dos entraves que a exigência de assiduidade e regularidade que o sistema de ensino brasileiro possam apresentar para artistas itinerantes, os mesmo se valem dos mecanismos legais como a Lei Federal Nº 6.533 de 24 de maio de 1978, que dispõe sobre o acesso dos filhos dos profissionais itinerantes, tendo assegurada a transferência da matrícula e vaga nas escolas públicas de níveis fundamental e médio, e a Resolução CNE/CEB 3/2012 que dentre outros direcionamentos, ressalta a necessidade de que sejam desenvolvidas estratégias pedagógicas inclusivas que atendam as necessidades de aprendizagem e complementa em seu Art. 5º:

Os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores deverão proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias pedagógicas, materiais didáticos e de apoio pedagógico, bem como procedimentos de avaliação que considerem a realidade cultural, social e profissional do estudante itinerante como parte do cumprimento do direito à educação. (BRASIL, 2012, p. 14).

Estes mecanismos legais, no município de Fortaleza, receberam o reforço da Lei Orgânica Municipal Nº 9.959 de 24 de dezembro de 2012, e o Decreto Nº 13.630 que a regulamenta e declaram respectivamente que a Secretaria Municipal de Educação (SME) deverá assegurar as condições para o atendimento aos filhos dos artistas e funcionários dos circos itinerantes em escolas próximas ao local onde estiverem instalados, e que a SME se responsabilizará pela reserva de cinco vagas de matrículas, reservando também de material didático, bem como o rápido atendimento da solicitação do circense, declarando o prazo máximo de 48 horas para efetivação das matrículas.

Pode-se dizer, que estes mecanismos legais, são contemplados na ideia de educação inclusiva e condicionam a escola a ser um lugar de convivência das diferenças e identidades culturais, como posto por Freire (1996), de que a aceitação de nós mesmo não significa a exclusão dos outros e Araújo (2011) que concebe a escola como um espaço de convivência múltipla de diálogo e de emancipação.

Em contraponto ao exposto nos textos das leis e a ideia teorizada de inclusão, as falas coletadas durante a entrevista denotaram entraves nas questões sobre o acolhimento dos estudantes circenses e o preparo dos gestores de escola, e ainda de professores, ao lidar com a realidade dos estudantes itinerantes. Isso pode ser percebido no relato das duas gerações de circenses consultadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a coleta e análise desses dados, foram observados pontos significativos nas falas dos entrevistados. Para seguir a ordem das narrativas, começou-se com os questionamentos sobre como era o contato inicial do circense com a escola, que se dá ao pleitear a vaga para os filhos na escola mais próxima de onde o circo está armado, conforme previsto na Lei Federal Nº 6.533/ 78.

Embora na Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988, a educação é tratada como um direito de todos, segundo seu Art. 205, é um direito de todos e dever do Estado que a educação seja assegurada com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Apesar de o texto constitucional ser claro quanto ao direito ao acesso à educação, os entrevistados relataram nas entrevistas que ainda existem casos em que ao solicitar o ingresso dos filhos na escola, seu pedido foi negado, o circense comentou: “em 2006, meu filho foi muito mal recebido, quando cheguei pra

matricular meu filho, esse que terminou os estudos ano passado, 2018, a diretora disse que não tinha vaga” (PROPRIETÁRIO DO SEVEN BROTHERS, 2019), e ainda segundo este, o ocorrido foi em uma escola de Fortaleza, caso parecido é relatado pelo Palhaço Baratinha, que pondera: “eu não senti rejeição dos professores e dos meninos da sala, eles até gostavam, achavam divertido ter um colega na sala que é palhaço, malabarista, mas os diretores, eles geralmente diziam logo que não tinha vaga, mas a coisa mudava quando meu pai mostrava a lei” (PALHAÇO BARATINHA, 2019).

A saber, o Palhaço Baratinha, também informou que no período de 1 (um) ano passava em média por dez escolas, permanecendo cerca de dois meses em cada, explicando ainda que quando iniciou a vida escolar, o circo estava circulando pelo interior do Estado do Ceará, e como as distâncias eram maiores, se comparadas com a circulação entre os bairros da capital, outros fatores tornavam mais difícil o acesso à escola, além da desinformação sobre as leis por ambas as partes. (DADOS DA PESQUISA, 2019).

Meus irmão mudaram menos de escola, por que quando eu comecei a estudar o circo tava circulando no interior, e os locais eram muito distantes... hoje em dia, nós temos carro próprio no circo, então meus irmãos mudam menos de escola, por que nós podemos ir deixá-los de carro, independente da distancia entre os bairro. (PALHAÇO BARATINHA, 2019).

Os circenses deixam claro que na família Brasil, os saberes ancestrais comungam harmonicamente com a educação formal, porém hierarquicamente separada, sendo esta um complemento daquela: “educação formal é um complemento, eu vejo meus filhos aprendendo em casa... que às vezes a escola passa nos exercícios o que nós já vimos em casa, mas eles têm que ter um papel, um certificado, a gente tem que ter uma educação escolar”. (PROPRIETÁRIO SEVEN BROTHERS, 2019).

Já o circense mais jovem demonstrou uma visão da educação formal diferente da visão do pai: “é recomeço, a gente já nasce debaixo da lona, então tudo debaixo da lona é mais fácil pra gente, então é um recomeço, é como se a gente tive recomeçando e aprendendo o que tem fora do circo e a gente aprende a ter um senso crítico e pode discutir sobre vários assuntos”. (PROPRIETÁRIO SEVEN BROTHERS, 2019).

Durante a visita ao circo *Seven Brothers*, pôde-se observar que, fora do momento de espetáculo, que ocorrem apenas à noite, o desenrolar do dia a dia do circense pouco difere do de uma casa regular com crianças e adolescentes em idade escolar. Pela manhã os filhos se preparam para ir à escola, o pai ou o irmão mais velho vai deixá-los enquanto a mãe junto com os outros familiares cuida da limpeza do espaço. Foi informado que os filhos estudam preferencialmente pela manhã, assim podem fazer as tarefas, brincar e ensaiar no período da tarde, se não fosse pelos ensaios, seria a rotina comum aos colegas de sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família Brasil, proprietária do circo *Seven Brothers*, forma uma trupe de circenses tradicionais itinerantes que mantém o circo funcionando apenas com seus familiares, e estes participam de todas as etapas e detalhes que compõem o espetáculo circense, da parte artística à técnica, da venda de ingressos à limpeza do circo, esta integração de todos, para composição do espetáculo do circo, é motivo de orgulho para a família.

Assim, compreendeu-se que os saberes ancestrais são resguardados e valorizados pelos mais jovens, enquanto estes têm também acesso a educação formal, entendendo esta como mais uma ferramenta para a continuidade da comunicação dos saberes e memórias do povo da lona, mostrando assim, ser possível dialogar com os saberes transmitidos nesses diferentes lugares de fala. Vale ressaltar que esse entendimento e autovalorização são recentes do

universo do circo de lona, outras experiências em pesquisas e vivências sobre e com os povos de circo, mostram que esse processo é novo e progressivo e muito provavelmente esteja conectado aos pequenos avanços e sua inserção como campo de interesse de fomento nas políticas públicas de cultura.

Palavras-chave: Circo tradicional, Saberes ancestrais, Escola formal.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. A educação popular na escola pública: tecendo olhares sobre o diálogo, a inclusão e a diversidade cultural. IN: SANTOS, Jean Mac Cole Tavares et al (Org.). **Paulo Freire: teorias e práticas em educação popular - escola pública, inclusão, humanização**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2011. (Coleção Diálogos Intempestivos n. 95).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional Nº 99/2017**. Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicação, 2019.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 6.533/ 1978, de 24 de maio de 1978**. Brasília, DF: Senado Federal, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6533.htm. Acesso em: 27 de maio de 2019.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB 3/2012, de 16 de maio de 2012**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10770-rceb003-12-pdf-1&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 de agosto de 2019.
- CEARÁ. **Lei Orgânica Municipal Nº 9.959/ 2012, de 24 de dezembro de 2012**. Fortaleza, CE: 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=249473>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.
- SILVA, Ermínia; ABREU, Luís Alberto de. **Respeitável público... o circo em cena**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.
- SILVA, Ermínia. Saberes circenses: ensino/ aprendizagem em movimentos e transformações. IN: BORTOLETO, Marco Antônio Coelho (Org.). **Introdução à pedagogia das atividades circenses**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).